CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE N° 4089/90

Interessada: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE 1º GRAU "UIRAPURU"

Assunto : Autorização para funcionamento em prédio contíguo endereço do
Curso de 1º Grau.

Relator : Conselheiro Sérgio Antônio Pereira Leite Salles Ari

Parecer CEE N° 1159 /90

Aprovado em 19/12/90

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A Srª Diretora da EEIPG "UIRAPURU" encaminhou, inicialmente a 13ª Delegacia de Ensino, DRECAP-3, pedido de autorização para uso de prédio contíguo, onde pretendia instalar o 1º grau. O processo foi indeferido pela 13ª Delegacia de Ensino, tendo em vista a grande distância entre os dois prédios, situados na Rua Capote Valente, um, nos números 667 e 679 e outro, no número 96 e separados por ruas de movimento.

A EEIPG "UIRAPURU", historicamente, foi autorizada a funcionar em 1981, como pré-escola, na rua Capote Valente 667.

Em 1985, obteve autorização para implantação do Curso de 1º Grau e, a seguir, em 1987, foi regularizada a ocupação do prédio contíguo, o de número 679.

Tendo em vista o interesse de ocupar o prédio de número 96, a partir de 1990, a diretoria procurou providenciar os documentos legais previstos na Deliberação CEE 26/86, e, assim:

- em 1º/10/89, firmou contrato de aluguel do imóvel; em 10/10/89 obteve certificado de regularidade do prédio;

- em 20/12/89, protocolou junto à Prefeitura Municipal pedido de visto de planta do prédio;

- em 22/03/90, obteve alvará de utilização do prédio por parte da Secretaria de Estado da Saúde, departamento de Vigilância Sanitária;

- há, ainda, no processo, um relatório descritivo do prédio e instalações, termo de responsabilidade atestando as condições de segurança e higiene do prédio, declaração de condições financeiras da entidade mantenedora e declaração de, um arquiteto, registrado no CREA, sobre as condições estruturais do prédio.

O auto de licença de localização e funcionamento do prédio somente foi expedido em 20/04/90 mas o visto em planta foi indeferido pela Prefeitura Municipal.

Como o pedido de utilização de prédio contíguo foi indeferido pela 13ª D.E., com base no Parecer CEE 907/88, encaminhou nova solicitação à D.E., aos 18/06/90, desta feita, protocolando pedido de mudança de endereço de todo 1º grau. Em função deste novo processo, providenciou os documentos complementares acima.

A supervisão de ensino informou que o Curso de 1º Grau da escola já vem funcionando no novo endereço, desde o início do ano letivo de 1990.

O processo foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, pela 13ª D.E., tendo em vista algumas dúvidas quanto a aplicabilidade, no caso, de Pareceres aqui emitidos.

Examinando o assunto, preliminarmente solicitamos a Escola que apresentasse a planta assinada por três técnicos. O que foi cumprido.

2- APRECIÇÃO

A 13ª Delegacia de Ensino, tendo em vista a situação da EEIPG "UIRAPURU", acima exposta, encaminha o seguinte questionamento ao Conselho Estadual de Educação:

1- Podem os Pareceres CEE 210/90 e 1153/89 serem considerados normativos para que, com base neles, decisões sobre pedidos de mudança de endereço de escola possam ser tomadas em nível de Delegacia de Ensino?

No Parecer CEE 647/90, homologado pelo Sr. Secretário de Estado da Educação em 31/08/90, DOE 10/09/90, e esclarecida esta questão, entendendo o CEE que seus Pareceres, conquanto não normativos, firmam jurisprudência e apresentam orientações que sugerem soluções para determinadas situações e podem, portanto, ser aplicados em casos análogos.

2- A dispensa excepcional, concedida no Parecer CEE 210/90, de não-cumprimento dos prazos estabelecidos na Deliberação CEE 26/86, em seus artigos 4º e 7º (que dizem respeito ao prazo de 120 dias antes da data prevista para início das aulas para a solicitação de autorização de funcionamento, e a necessidade de o pedido vir acompanhado de toda documentação necessária) pode ser estendida aos casos de mudança de endereço, analisados pelas Delegacias de Ensino?

O citado Parecer CEE 647/90 orienta que referidos processos de mudança de endereço poderão ser também analisados de acordo com as normas explicitadas no Parecer CEE 210/90. Assim, o mesmo entendimento, quanto aos prazos e documentação, em caso de autorização de funcionamento de uma nova escola, se aplica aos casos de mudança de endereço.

3- O entendimento de que a substituição do auto de localização e funcionamento por um laudo técnico, emitido por profissional registrado no CREA, constitui salvaguarda para emissão de autorização provisória de funcionamento, como orienta o Parecer CEE 1153/89, pode ser estendido também para os casos em que há ausência do visto em planta pela Prefeitura?

No caso em tela, a escola possui o auto de localização e funcionamento porém teve seu pedido de visto em planta indeferido.

Acredita-se que foi uma atitude inexplicável a dos órgãos municipais pois ao mesmo tempo em que consideram o local e o prédio adequado para lá funcionar uma escola, negam a regularização da planta. A Deliberação CEE 26/86, entre os documentos que elenca para emitir autorização de funcionamento, no inciso III, letra c, pede "planta do prédio aprovada pela Prefeitura ou documento equivalente" (grifos nossos). 2 de se considerar como documento equivalente, o "habite-se" ou "o auto de localização e funcionamento".

Ainda, o Parecer 647/90 prevê que em situações em que a entrega "a posteriori" do documento expedido pela Prefeitura se prolongue por

envolver questões de tramitação demorada na administração municipal, existe a possibilidade de substituição, ainda que temporária, da documentação municipal por um laudo técnico expedido por uma junta de três engenheiros com registro profissional no CREA (grifos nossos).

Portanto, tanto planta ou auto de localização de funcionamento são documentos importantes expedidos pelos órgãos municipais e podem, temporariamente, ser substituídos por laudo técnico assinado por três técnicos até que a escola, neste caso, resolva sua pendência com a Prefeitura, quanto ao indeferimento da planta do prédio, procurando saber suas causas e como saná-las. Em caso de manutenção do indeferimento pelos órgãos municipais, o processo todo deverá ser certamente revisto.

Entende-se, que o processo deva ser encaminhado a 13ª D.E. para proceder nos termos deste Parecer, e com determinação de que, uma vez regularizada, temporariamente, a autorização-de mudança de endereço, a escola deverá encaminhar processo para convalidação dos atos escolares, após informação precisa da supervisão sobre a regularidade desses atos.

3 - CONCLUSÃO

Deverá a 13ª D.E. protocolar e decidir quanto aos pedidos de autorização formulados pela interessada, dispensando-se, em caráter excepcional, a apresentação da aprovação da Prefeitura Municipal suprida pela Planta assinada por três técnicos.

São Paulo, 18 de dezembro de 1990

a) Sérgio Antônio Pereira Leite Salles Arcuri
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de dezembro de 1990.

a) Consº JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
Presidente